



Açorianismo: uma imagem sem espelhos?

Azoreanism: an image without mirrors?

Azoreísmo: ¿una imagen sin espejos?

André Marcos Vieira Soltau¹

José Isaías Venera²

Taiza Mara Rauen Moraes³

Recebido em: 29 set. 2024

Aceito para publicação em: 2 nov. 2024

Resumo: Este trabalho apresenta resultados parciais de pesquisa com o objetivo de estudar a prática discursiva de escritores regionalistas, de Santa Catarina, especificamente a açorianidade, que define uma identidade assentada em tradições, as quais inventam o conceito de açorianidade. As noções de discurso e dispositivo em Michel Foucault (1988) constituem a metodologia e o pressuposto teórico de análise. O foco do estudo é a obra *Homens e algas*, do escritor e jurista Othon D’Eça (2008), membro do Instituto Histórico e Geográfico, da Academia de Letras de Santa Catarina e chefe provincial da Ação Integralista. Essa obra produz um discurso que integra o que chamamos de dispositivo estadual de açorianidade. A “invenção” do açoriano na literatura catarinense forma uma imagem sem espelho.

Palavras-chave: açorianidade; identidade inventada; literatura regional; prática discursiva.

¹ Doutorando em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Universidade da Região de Joinville (Univille).

² Doutor em Ciência da Linguagem pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul). Professor colaborador do Mestrado em Educação da Univille e integrante do Núcleo de Pesquisa em Educação, Políticas e Subjetividades (NEPS). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e do Programa de Pós-Graduação de Comunicação (PPGcom) da Univille.

³ Doutora em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora titular na licenciatura/bacharelado em Letras e professora do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade (PPGPCS) da Univille.

Abstract: This paper presents the partial results of a research project aimed at studying the discursive practice of regionalist writers from Santa Catarina, specifically azoreanity, which defines an identity based on traditions that invented the concept of azoreanity. Michel Foucault's (1988) notions of discourse and device constitute the methodology and theoretical assumption of analysis. The focus of the analysis is the work *Homens e Algas*, by the writer and jurist Othon D'Eça (2008), a member of the Historical and Geographical Institute, and of the Academy of Letters of Santa Catarina and the provincial head of the Integralist Action. This work produces a discourse that is part of what we call the state device of azoreanity. The "invention" of the Azorean in Santa Catarina literature forms an image without a mirror.

Keywords: azoreanity; invented identity; regional literature; discursive practice.

Resumen: Este trabajo presenta resultados parciales de una investigación con el objetivo de estudiar la práctica discursiva de los escritores regionalistas catarinenses, específicamente azorianidad, que define una identidad basada en tradiciones que inventan el concepto de azorianidad. Las nociones de discurso y dispositivo de Michel Foucault (1988) constituyen la metodología y el supuesto teórico del análisis. El foco del estudio es la obra *Homens e Algas*, del escritor y jurista Othon D'Eça (2008), miembro del Instituto Histórico y Geográfico, de la Academia de Letras de Santa Catarina y director provincial de la Acción Integralista. Ese trabajo produce un discurso que integra lo que llamamos el dispositivo estatal de la azoreanidad. La "invención" del azoriano en la literatura catarinense forma una imagen sin espejo.

Palabras clave: azoreanidad; identidad inventada; literatura regional; práctica discursiva.

APRESENTANDO O TEMA

Na segunda metade do século XIX, o Brasil presenciou o crescimento de discursos que tinham o intuito de construir uma unidade nacional, caracterizar a nação e dar uma identidade do que era ser brasileiro. Em Santa Catarina esses discursos que procuravam respostas ao que "era ser catarinense" ganharam força com as produções de revistas científicas publicadas pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC), que circulavam em diferentes recantos do estado exaltando etnias em diferentes momentos da história. Houve uma formação discursiva que se expressou pelas publicações, voltada à construção e naturalização da identidade açoriana no litoral catarinense. O IHGSC, inserido em uma malha discursiva nacional, deu as condições para a produção discursiva que tornou dominante um sentido sobre a cultura açoriana no litoral. Por décadas foram produzidos trabalhos que elegiam os açorianos como representantes legítimos da cultura catarinense.

A produção literária em Santa Catarina da primeira metade do século XX foi marcada por esse tom regionalista que se valia da descrição da paisagem e da cultura da pesca para "inventar" a identidade catarinense. Essa invenção é tecida por discursos assentados em dados históricos de um passado que remonta à migração de açorianos no século XVIII. Nomes como Almiro Caldeira, Virgílio Várzea e Othon D'Eça estão entre os ficcionistas⁴ que construíram essa identidade por meio da nomeação, descrição e

⁴ A narrativa ficcional retrata pessoas, cenários e acontecimentos de forma não necessariamente compatível com a realidade. "A narrativa está presente em todos os lugares, em todas as sociedades; a narrativa começa com a própria história da humanidade; não há, em parte alguma, povo algum sem narrativa; todas as classes, todos os grupos humanos têm suas narrativas, e frequentemente estas narrativas são apreciadas em comum por homens de cultura diferente, e mesmo oposta: a narrativa ridiculariza a boa e a má literatura: internacional, trans histórica, transcultural, a narrativa está aí, como a vida" (Barthes *et al.*, 2011, p. 19-20).

caracterização dos moradores do litoral catarinense em sintonia com discursos, nesse período, que circulavam no IHGSC e na Academia Catarinense de Letras. Havia uma sintonia dessas práticas discursivas com as ideias de civilidade, endogenia e modernidade.

Há uma contradição nos discursos regionalistas que cristalizam o sentido de que os modos de vida no litoral não coadunam com a civilidade, sobretudo em obras literárias como a de Othon D’Eça. O estado de Santa Catarina foi colonizado, sobretudo, por açorianos, alemães, italianos e outras etnias europeias, mas em uma região com presença, primeira, de comunidades indígenas e, posteriormente, com a chegada de grande quantidade de africanos escravizados. Ou seja, Santa Catarina abrigou diversas etnias em seu território. Diante de tal diversidade e dos conflitos que surgiram desses encontros, podemos apontar o IHGSC, criado no final do século XIX, como uma instituição responsável pelas primeiras manifestações e preocupações com a identidade catarinense. Afinal, “o que é ser catarinense?” estava em sintonia com as preocupações de discursos de construção da história de uma nação tão em voga naquele momento. Mesmo que as discussões sobre diferentes etnias estivessem presentes em reuniões do IHGSC, a historiografia tradicional exaltava heróis e grandes feitos (Serpa, 1996).

Nesse contexto, o recorte volta-se para a obra de Othon D’Eça, em seu livro *Homens e algas*, escrito a partir de 1938 e publicado somente em 1957. Em uma narrativa romântica e melancólica, o autor descreve a paisagem e a vida dos moradores do litoral, sobreviventes das misérias, ignorâncias e agruras, não encontrando modos de mudar suas tristes vidas com o parco sustento que tiram do mar. D’Eça era, dentre tantos, um escritor que não escrevia por profissão. Jurista, foi eleito para a Academia Catarinense de Letras por seus “méritos” intelectuais e integrou o IHGSC, bem como foi membro ativo da Ação Integralista Brasileira (AIB). Nota-se, em seus textos, uma discursividade voltada a legitimar “a” identidade e “o” caráter dos moradores do litoral pela literatura, relegando-os a um determinismo implacável. Há nessa literatura uma invenção discursiva da identidade e do caráter dos moradores tradicionais do litoral catarinense.

A análise das obras de Othon D’Eça será focada no título mais conhecido e que melhor apresenta os enunciados e contextos que constroem um *corpus* discursivo sobre essa cultura vinculada à pesca, ao mar, ao litoral. Seu livro de contos, *Homens e algas*, tem como tema os pescadores da região de Florianópolis, especificamente na Praia dos Coqueiros, localizada na parte continental da cidade. O texto foi escrito por anos e acompanhou as transformações urbanas que afetaram as populações e comunidades de pescadores e suas famílias. Esse processo de higienização e modernização da cidade exigia modelos de conduta que mudaram significativamente as relações sociais e de subsistência dessas comunidades. A obra pode ser considerada uma crítica aos comportamentos não mais aceitos diante de uma cidade que crescia e se modernizava. As famílias, que tinham na cultura da pesca o seu sustento, eram expulsas de suas moradas e viviam a tensão entre seus costumes tradicionais e a chegada de outros modos de vida considerados como “verdades”. O autor D’Eça atua nesse entremeio deixando muitas vezes transparecer sua atuação na política como simpatizante dos ideais integralistas de humanidade.

A chamada literatura regionalista surgiu em meados do século XIX e permaneceu influenciando a produção literária em grande parte do século XX. O Nordeste e Sudeste brasileiros tiveram influência desse modo de produção ficcional que aborda hábitos e costumes de uma determinada comunidade sempre procurando “resgatar” uma tradição histórica. Textos como o polêmico *Manifesto regionalista*, escrito por Gilberto Freyre em 1926, ou obras vinculadas ao Movimento Modernista de 1922, dão representação às identidades locais sempre com olhos um tanto europeizados. Em Santa Catarina esse movimento, um tanto tardio, foi nominado por Junkes (1992) como *marinhismo*, por

ter o mar como elemento de ligação de todos os textos produzidos por nomes como Virgílio Várzea e o próprio Othon D’Eça.

Nas literaturas da primeira metade do século XX, percebe-se uma busca por naturalizar e homogeneizar a identidade açoriana, constituindo-se em um regime de práticas discursivas (Foucault, 1988) e que tem como função cristalizar sentidos sobre o sujeito e a cultura açoriana. Há uma produção de sentidos construídos nas práticas discursivas e, no caso deste artigo, na literatura catarinense. É na perspectiva foucaultiana que outros autores, como Albuquerque Junior (2009), compreendem o termo “invenção”, para dar conta do sentido que decorre das práticas discursivas, neste caso relacionadas à história e à literatura.

Com este artigo levanta-se o problema: é possível afirmar que o sentido de açorianidade foi inventado, em partes, pelo discurso literário? A pergunta mobiliza diversas temáticas que nos colocam em suspenso diante do que a História oficial de Santa Catarina até então narrou. Passamos pela História política, sociolinguística, da literatura regional, da imigração e da língua portuguesa e, sobretudo, pensamos a língua viva dos moradores do litoral catarinense como patrimônio cultural do estado.

AÇORIANISMO E LITERATURA

Entre 1748 e 1756 ocorreu o movimento de colonização açoriana em Santa Catarina, com a vinda de milhares de pessoas dos Açores. Por aqui elas assentaram a vida, construíram vilas e povoaram uma região que até então era carente de pessoas que assegurassem a propriedade das terras do sul para a Coroa portuguesa. Mas por muitos anos não foi dada a devida importância aos açorianos, cuja atividade era comparada com a labuta dos também imigrantes alemães e italianos dedicados à agricultura. Os açorianos eram considerados preguiçosos e supersticiosos, dedicando-se a atividades que exigiam, no imaginário corrente, menos esforços, como a pesca. Eles eram até mesmo responsabilizados pelo subdesenvolvimento do estado (Flores, 2000).

Como se deslocou o sentido depreciativo sobre o açoriano – preguiçoso e supersticioso – para afirmar sua identidade cultural? Em 1948 essa realidade começou a mudar com a celebração dos 200 anos da imigração açoriana em Santa Catarina. O IGHSC organizou o 1.º Congresso Catarinense de História, em comemoração ao segundo centenário da colonização açoriana, que:

[...] representou, sobretudo, um marco fundamental na redescoberta das raízes açorianas de Santa Catarina. Por seu intermédio, a colonização açoriana, de evento esquecido ou mal lembrado, passa a assumir, pelo contrário, o estatuto de evento fundador do Estado de Santa Catarina e a ser avaliada com orgulho (Leal, 2007, p. 40).

Nesse evento reafirmou-se a ideia de que a cultura açoriana era a “verdadeira” cultura do estado (Flores, 2000). No congresso, Othon D’Eça foi convidado para ser orador oficial da sessão solene e em seu discurso classificou a colonização açoriana como um capítulo importante na história militar do Brasil. Nas palavras de D’Eça (*apud* Furtado, 2015, p. 50):

Não estamos a exaltar o ímpeto avassalador de uma conquista, nem as maravilhas de uma civilização tentacular, feitas dos ruídos trepidantes das máquinas e das angústias profundas das massas. [...] Mostramos apenas, aos olhos de uma era desvairada pela ambição e pelo dinheiro, uns homens destemidos e

bravos, em cujos os corações simples e bons a esperança e o sonho haviam criado novos ritmos de ternura e de fé. O que importa, para nós, é a virtude indomável do povoador, do ilhéu magnífico que soube vencer a vaga incerta, os desvairamentos das calmarias e da sede, os maus presságios das velhas superstições marítimas para criar, na terra escolhida, esses núcleos humanos que ainda hoje mantém, por um milagre da tradição e da língua, o espírito da pátria ancestral, a ternura, o fatalismo e o amor da gente portuguesa.

O fato é que, nos anos após esse congresso, em Santa Catarina se intensificaram práticas discursivas com uma profusão de ações, festejos, exposições e publicações que reafirmavam e assumiam o que chamaremos de açorianismo. O congresso teve um caráter eminentemente memorialista. Os intelectuais estavam dispostos a pesquisar e encontrar argumentos que construíssem uma narrativa forte em áreas da história, folclore, etnografia e, também, literatura. Nomes como Henrique da Silva Fontes, Oswaldo Cabral, Walter Piazza e Almiro Cadeira buscavam aproximação com intelectuais açorianos no desejo de estreitar laços entre a cultura catarinense e as terras de além-mar.

Destacamos aqui as publicações de Almiro Caldeira com seu livro *Rocamaranha* (1961), disposto a contar “a saga açoriana de homens que atravessam o Atlântico” (Sachet, 2011, p. 98), e de Othon D’Eça (2008) com seu livro *Homens e algas*, que nos servirá de base para compreendermos melhor como os moradores do litoral catarinense eram narrados por essa elite intelectual com ideais de civilidade em seus discursos.

Na apresentação de seu livro, D’Eça (2008, p. 8, grifos nossos) não deixa dúvidas quando afirma:

Eu apenas vi, por essas praias batidas de vento e de neblinas, os agudos aspectos que constituem, com inexorável *determinismo*, o todos-os-dias de um *povo triste e sem esperanças*. Não fiz, assim, ficção, porque o meu intuito foi gravar, em resumos curtos e secos, *verdades vivas e amargas* que valem muito mais que os relevos dos frisos e as galas da imaginação.

Encontramos em pesquisadores da produção literária em Santa Catarina (Sachet, 2011; Junkes, 1992; Melo, 1980) uma série de questionamentos sobre a identidade catarinense que foram, de modo muitas vezes questionável, respondidos na produção literária de parte do século XX em Santa Catarina. Poderíamos resumir tais questionamentos em Junkes (1992, p. 10):

Quem é o catarinense? Qual a sua formação cultural? Que tipo de literatura pode produzir? Poderá haver um traço nessa produção? Podemos reconhecer a literatura catarinense? Ou convém falarmos na produção literária realizada em Santa Catarina? É literatura catarinense ou literatura de Santa Catarina?

Passa a ser importante a análise da relação da literatura com o processo de *invenção* de um modo de ser catarinense ou de obras literárias produzidas no estado. A questão que mobiliza a pesquisa busca compreender as batalhas discursivas marcadas por relações de poder e saber que demarcam os contornos de uma identidade assentada na tradição histórica.

A invenção do açorianismo segue a perspectiva apontada por Albuquerque Junior (2007), com base na qual, preocupando-se com uma possível armadilha para o pesquisador, nos oferece como argumento: “O uso do termo *invenção* remete para uma abordagem do evento histórico que enfatiza a descontinuidade, a ruptura, a diferença, a singularidade, além de que afirma o caráter subjetivo da produção histórica” (Albuquerque Junior, 2007, p. 20).

O historiador articula a noção de invenção operando-a por meio dos deslocamentos de sentidos, o que, via Foucault (1988), se pode entender também por acontecimento discursivo. Em Foucault (1988), interessa analisar os enunciados como acontecimento discursivo, ou seja, aqueles que apontam para uma formação discursiva e, com base nela, instauram também uma memória discursiva. Assim, as obras literárias formam a materialidade por meio da qual mobilizam enunciados responsáveis pela invenção do açorianismo, ao mesmo tempo em que fabricam uma memória discursiva.

As discontinuidades históricas são marcadas pela invenção de novos sentidos. Na literatura em análise, observa-se que a identidade açoriana passa a ser forjada a partir do 1.º Congresso Catarinense de História, em 1948. O evento aparece como o instante de deslocamento de sentidos sobre a colonização açoriana em Santa Catarina e com base no qual uma rede de discursos se forma em torno de instituições estabelecidas e reconhecidas, como o Instituto Histórico e Geográfico e seus intelectuais, também membros da Academia Catarinense de Letras.

Como ferramenta de análise, Foucault (2000) apresenta o conceito de *dispositivo*, com base no qual analisaremos o livro *Homens e algas*, de Othon D’Eça, e sua proximidade com a narrativa do açorianismo – não a obra em si como um dispositivo isolado, mas inserida em uma teia maior, a que podemos chamar de *dispositivo estadual da açorianidade*. Para Foucault (2000, p. 244):

Através deste termo tento demarcar um primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos.

Por meio do conceito de dispositivo de Foucault (2000), demarcamos dois aspectos: como a literatura catarinense está articulada com o que chamamos de *dispositivo estadual da açorianidade*? E, por sua vez, esse dispositivo insere-se em um campo discursivo maior, relacionado ao contexto do Brasil na primeira metade do século XX, em um mundo polarizado e envolvido em duas grandes guerras. O país vivia a efervescência do nacionalismo, e a literatura regional ganhava força com intelectuais nordestinos e paulistas. Em Santa Catarina tivemos muitos juristas, médicos e intelectuais nordestinos que migraram e atuavam em instituições públicas ou organizações reconhecidas em sua produção científica. O discurso de civilidade estava presente em narrativas políticas e, claro, na produção literária do estado (Severino, 1999; Flores, 2000).

Noutro aspecto, a obra literária de D’Eça permitirá analisar os enunciados que funcionam como uma memória discursiva e por meio da qual resultam em processos de subjetivação.

HOMENS, ALGAS E ALGO MAIS

O livro *Homens e algas* desperta aspectos simbólicos da literatura que nos conectam com o conceito foucaultiano de dispositivo. Assim, para Foucault (2000, p. 246), “o dispositivo está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam”.

Partindo da noção de dispositivo, o autor e sua obra integram uma dimensão simbólica, já que são vetores que colocam em circulação a invenção de saberes por meio da literatura, produzindo um ordenamento ao que, no senso comum, chamamos de real.

O escritor Othon da Gama Lobo D'Eça (1892-1965) teve importância política no cenário de Santa Catarina. Além da política, atuou na literatura e em entidades públicas que o colocaram em destaque. D'Eça foi fundador da Academia Catarinense de Letras, mas é em outra atividade, na Ação Integralista Brasileira, que pode nos dar pistas sobre a sua busca por cristalizar uma identidade açoriana, levando em conta sobretudo as controvérsias de um movimento ultraconservador em defesa de uma determinada cultura nacional e de um certo moralismo cristão (Furtado, 2015).

Sua principal obra, *Homens e algas*, tem como tema central os pescadores da Grande Florianópolis, que passavam por um processo modernizador, seguindo os modelos vigentes no período com a higienização dos grandes centros, a retirada de cortiços e ranchos de pesca e a definição de modelos de conduta. O autor D'Eça utiliza-se dos argumentos de civilidade para construir seus personagens e, principalmente, definir modelos de comportamento e descrença com relação às capacidades dessa população para sair da pobreza. Sua postura era a de um homem branco, circulando pelas instâncias de poder e que não poupava nas suas narrativas termos pejorativos e adjetivos rudes para descrever a “verdade” sobre o homem do litoral catarinense. O autor começa assim o seu texto:

Falo-lhes sempre *a rude linguagem* que eles gostam [...]. Bem que os conheço a todos eles, *esses homens encardidos* de babugem, de mãos duras e dedos picados pelos espinhéis, cheirando a lodos e a alcatrão (D'Eça, 2008, p. 17-19, grifos nossos).

A literatura de D'Eça consiste, assim, em uma prática disciplinar que produz sentidos sobre o homem do litoral, de cultura açoriana. Poderíamos aqui pensar, com base em Foucault (2000), que o texto de D'Eça se insere em uma configuração específica de domínios do saber e de modalidades de exercício do poder, a qual possui uma função estratégica em relação a problemas considerados cruciais em um momento histórico. Ou seja, D'Eça era membro de grupos conservadores e atuava no Judiciário e, ao apresentar-se como ficcionista, em sua narrativa literária propunha uma “verdade viva e amarga” sobre a vida de seus personagens pescadores.

Podemos destacar também as palavras utilizadas pelo autor para criar um ambiente desolador e, ao mesmo tempo, bucólico. D'Eça deixa claros a sua saudade do passado e seus valores que, segundo ele, estão se perdendo. Seus personagens possuem uma família nucleada com uma fé cristã inabalável e, apesar da pobreza, auxiliam os seus vizinhos em momentos de grandes necessidades. O texto está claramente vinculado aos ideais de um país agarrado ao seu passado, procurando resgatar valores morais que garantam uma sociedade melhor. O autor, com uma visão europeizante, carrega a tradição como referência para sua produção literária.

Nesse sentido, é importante vincular a narrativa de D'Eça aos movimentos nacionais da literatura que, na Segunda República, davam voz ao regionalismo na ficção. Antônio Cândido (2023, p. 20) indica o regionalismo como um discurso nacionalista:

O nosso nacionalismo foi antes forjado em posições regionalistas. Mas o regionalismo pré-modernista se mostrava, com seu “conto sertanejo”, artificial, pretensioso, criando um sentimento subalterno e fácil de condescendência em relação ao próprio país, encarando com olhos europeus nossas realidades mais típicas.

D'Eça destaca-se como um escritor articulado a outros escritores conhecidos da literatura brasileira, entre eles Euclides da Cunha, Gilberto Freyre e Monteiro Lobato, os quais têm obras que buscam mostrar aspectos múltiplos da realidade brasileira, introduzindo personagens pobres, preguiçosos, indolentes e fracos. Apresentavam um país que precisava civilizar-se para sair do subdesenvolvimento. Havia, em andamento, um projeto de idealização da sociedade, o qual fica explícito no título do livro que, por meio de uma metáfora, aproxima homens de algas. Assim nos diz D'Eça (2008, p. 19, grifos nossos):

Dormem misturados aos rebotalhos das redes e aos detritos úmidos das vagas, ligados no mesmo destino e confundidos nas mesmas causas – *homens e algas cuspidos todos numa praia, sob o sol dourado e vivo: as algas pelo mar e os homens pela miséria.*

É importante aqui reforçar as ações do autor na AIB e no IHGSC, que acenavam claramente em suas publicações para um modelo idealizado de sociedade, para a defesa de um branqueamento da população como possível solução para um país subdesenvolvido como o Brasil. O tripé Deus, Pátria e Família aparece na narrativa ficcional de D'Eça. Como exemplo, no capítulo intitulado "Vida insossa", o autor diz, quando se refere à vida de um pescador e sua família que tinham sido expulsos do lugar onde moravam: "A polícia não queria pobres na cidade, mesmo na porta das igrejas" (D'Eça, 2008, p. 74). Logo adiante, o escritor parece justificar o motivo de os policiais agirem desse modo: "Tomando em consideração as reclamações constantemente feitas contra atos degradantes, praticados pelas decaídas, ordenou-lhes a sua mudança daquela rua" (D'Eça, 2008, p. 75, grifos nossos).

Foucault (2000, p. 247) afirma:

Geralmente se chama instituição todo o comportamento mais ou menos coercitivo, aprendido. Tudo que em uma sociedade funciona como sistema de coerção, sem ser um enunciado, ou seja, todo o social não discursivo é a instituição.

Nesse momento histórico, entre o final do século XIX e início do XX, quando o Brasil reorganizava suas cidades e havia uma forte ação de limpeza sanitária, o modo de vida da população até então não estava na pauta e nas preocupações de políticas públicas que a tratavam como uma ameaça ao progresso e à modernidade. D'Eça desenvolve sua obra demarcadamente influenciado por práticas higienizantes que retiram a população menos favorecida dos lugares valorizados pelo crescimento urbano. Na narrativa de D'Eça há uma justificativa para essas ações, e o Estado/instituição seria o agente que assegurava a moral, os valores e os bons costumes, entendidos como necessários em uma sociedade moderna, pautada na repressão aos comportamentos desviantes, indolentes e incapazes.

Expulsos, como algas do mar, os homens e suas famílias precisavam deixar o lugar de morada e dar lugar ao "progresso". Ou se adequavam ou já não serviam à cidade. O autor finaliza o conto com o veredicto final para a família do pescador Pica-pau, expondo os interesses do senhorio:

Não tinha para onde ir o Pica-pau, depois de três anos de moradia na Ponta do Tomás: ele, a mulher e as crianças doentes. Isso, porém, não importava ao José Ramalho, que precisava das marinhas para as vender a um inglês. Ora, o Pica-pau! Era só o que faltava. Num lugar lindo daqueles. E despejou-o de madrugada (D'Eça, 2008, p. 77).

O que chama atenção no texto de D'Eça é um determinismo que está posto. Relembremos aqui a outra função do autor que, sendo chefe de polícia, fica preso a uma teia discursiva que envolve diversas instituições. Já nominamos a sua presença na AIB e no IHGSC e agora podemos ainda situar seu texto literário nas redes discursivas e nos argumentos civilizatórios da polícia, instituição responsável pelo disciplinamento social.

Tal determinismo na obra de D'Eça parecia compactuar com comparações feitas entre os habitantes do litoral de origem açoriana e as colônias alemãs e italianas do Vale do Itajaí. Tratados como indolentes e pobres, os açorianos eram considerados “inferiores”, até surgir o discurso de nacionalização na Era Vargas, quando passam a aparecer como os verdadeiros descendentes das terras catarinenses. Nesse contexto, pontuamos a “invenção de tradições” para legitimar a cultura açoriana em Santa Catarina.

Esse novo sentido ganha visibilidade, como já observamos, em 1948, com a realização do 1.º Congresso Catarinense de História, e em 1957, com a publicação de *Homens e algas* pela Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina. Na primeira metade do século XX, cria-se uma imagem pejorativa dos moradores do litoral como indolentes, preguiçosos, supersticiosos e incapazes de mudar os rumos da vida de pobreza e que precisavam civilizar-se para serem os “verdadeiros representantes da cultura catarinense”. O texto de D'Eça começa a ser escrito em 1938 numa cultura imersa nesse discurso excludente. Veja o que diz Araújo (1999, p. 115, grifos nossos) sobre o assunto:

A literatura, o jornalismo, a historiografia e a crítica literária dos primeiros decênios deste século em Florianópolis constituem um campo privilegiado onde é possível perceber a produção de alguns elementos que foram articulados para veicular uma *caracterização negativista – e que se pretendeu científica – do habitante local, produzindo uma imagem de “decadência” racial e cultural*, da qual seria portador o homem do litoral de Santa Catarina, descendente das primeiras levas de açorianos chegadas em meados do século XVIII.

Há traços explícitos do modelo civilizador e eugênico em obras de nomes consagrados desse movimento de intelectuais para a “invenção” de uma identidade açoriana. Pesquisadores como Nereu do Vale Pereira, Walter Piazza, Almiro Caldeira ou Osvaldo Cabral criaram eventos, congressos, grupos de folclore e núcleos de estudos direcionados à produção de um discurso focado na “causa açoriana” (Severino, 1999; Flores, 2000; Leal, 2007).

Os resultados desse movimento reafirmaram o discurso da açorianidade e criaram o Núcleo de Estudos Açorianos (NEA) em 1984, vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina. O NEA está em atuação até hoje, atendendo pesquisadores e oferecendo um acervo de documentos e livros para pesquisas. Encontramos detalhes dessa movimentação discursiva em Leal (2007), que estuda com profundidade a história do movimento, centrando sua atenção nas reações da população catarinense ao movimento açorianista, nos desdobramentos do discurso entre os moradores do litoral do estado e, fundamentalmente, nas transformações que esse discurso foi tendo ao longo da segunda metade do século XX, chegando à espetacularização turística, à mercantilização de objetos e festas populares e até mesmo à transformação da açorianidade em grife de roupa, roteiros turísticos e gastronômicos e personagens de humor.

CONSIDERAÇÕES: UMA IMAGEM SEM ESPELHOS

A primeira consideração desta pesquisa é que a açorianidade é uma invenção relativamente recente. Podemos destacar uma série de discursos, sejam eles culturais ou políticos, que constroem a ideia do que seja próprio da cultura catarinense litorânea. Podemos apontar o 1.º Congresso de História Catarinense, em 1948, como um marco na virada discursiva sobre as imagens pejorativas dos açorianos e de sua cultura. A cultura de homens e mulheres de ascendência açoriana passa a ser tratada como a “verdadeira tradição”, movimentando intelectuais em busca de argumentos para mudar o imaginário que perdurou nas primeiras décadas do século XX. Aqueles descendentes tornam-se heróis que asseguraram a posse do litoral para os colonizadores portugueses e deixaram um legado de festas, lendas e rituais de fé. Eles garantem uma identidade catarinense por meio das tradições açorianas do passado ou de algumas tradições inventadas e reverenciadas como originárias das ilhas dos Açores.

Analisar o discurso na literatura catarinense nesse período, integrando um dispositivo cuja função era instituir uma identidade açoriana, tornou possível falar de *dispositivo estadual da açorianidade*. O conceito de dispositivo proposto por Michel Foucault propicia a visualização de um conjunto de elementos dispersos que, aparentemente, não tinham conexão, como podemos observar na correlação entre os discursos em volta da AIB, do IHGSC e da Academia Catarinense de Letras. Esses elementos, discursivos ou não discursivos, relacionam-se em um acontecimento específico, demarcando a produção literária de Santa Catarina com fortes raízes regionalistas que, durante parte do século XX, inventaram uma identidade. E, por ser um conceito avesso à universalização, permite que analisemos as relações de força locais com a potência dos discursos aqui expostos.

Ao situarmos o jurista e escritor Othon D’Eça em instituições de poder e vincularmos seu discurso ao conceito de civilidade, estamos apontando possíveis relações de saber que são justificadas pelas relações de poder. As teias do discurso após o 1.º Congresso Catarinense de História (1948) surgiram por uma urgência, com a proposta de reconhecer o valor da cultura herdada dos imigrantes açorianos, e tratou-se de desmistificar a imagem negativa do açoriano e mostrá-lo como um verdadeiro “homem de tradição”. Os discursos aqui postos expõem um momento em que estados de força, em um dado momento histórico, surgem do encontro entre saberes e poderes.

O estudo de autores da literatura em Santa Catarina, concentrando-se neste artigo em D’Eça, não se resume ao texto ficcional, mas estende-se a imagens, palavras, caracterizações, ambientações, marcos narrativos que se aproximam de defesas políticas, morais, civilizatórias, valores cristãos, defesas institucionais de higienização e modernização da cidade, exclusões premeditadas e executadas pela polícia local. Dessas práticas discursivas, encontramos uma regularidade que perdura por algumas décadas do século XX em discursos institucionais ou publicações literárias e que vinculam a açorianidade a um estado de ignorância e atraso.

Essa regularidade discursiva é mobilizada pelo *dispositivo estadual da açorianidade*, que tem, em seus movimentos mais intensos, a Academia Catarinense de Letras, o IHGSC e a Comissão Catarinense de Folclore, criada no congresso de 1948. Há uma reconstrução do discurso que eleva a *cultura açoriana* ao patamar de representante de uma identidade do Estado. Entre os anos 40 e 70 do século XX, encontramos uma quantidade grandiosa de obras literárias, historiográficas e folclóricas que reafirmam esse discurso sobre a açorianidade com descrições, imagens e narrativas cronológicas que produzem uma representação da origem cultural de Santa Catarina. Nomes já apontados no corpo do artigo podem ser elementos de pesquisa e estudos mais amplos. Muitos eventos

reuniram pesquisadores e intelectuais para o estudo e a afirmação desse discurso com a presença de estudiosos e intelectuais das ilhas dos Açores entre os anos 50 e 90 do século XX, gerando uma quantidade enorme de pesquisas e publicações sobre o tema.

De acordo com Foucault (1988), o dispositivo tem uma função estratégica dominante que o torna o dispositivo de controle que reorganiza a realidade social. Dispositivo é uma matriz eficiente na produção de subjetividade.

A açorianidade, assim, é uma invenção, como propôs Albuquerque Junior (2007) ao falar da invenção do Nordeste. Invenção significa, nesse contexto, descontinuidade histórica e emergência de um novo sentido de controle das relações sociais.

O conhecimento histórico torna-se, assim, a invenção de uma cultura particular, num determinado momento, que, embora se mantenha colado aos monumentos deixados pelo passado, à sua textualidade e visibilidade, tem que lançar mão da imaginação para imprimir um novo significado a estes fragmentos [...]. Devemos tomar a História como a arte de inventar o passado, a partir dos materiais dispersos deixados por ele (Albuquerque Junior, 2007, p. 63, grifos nossos).

Aquilo a que chamamos de “cultura açoriana” em Santa Catarina é resultado da heterogeneidade de práticas discursivas ou não que inventam uma identidade assentada no passado. A produção literária aqui em estudo é um desses discursos que fazem emergir uma imagem autônoma, sem espelho. Assim, os enunciados que mostram o homem do litoral catarinense desprovido de civilidade estão inscritos no *dispositivo estadual da açorianidade*, que se liga ao que Albuquerque Junior (2007, p. 61) nomeou de *dispositivo das nacionalidades* – “que faz vir à tona a procura de signos, de símbolos, que preencham esta ideia de nação, que a tornem visível, que a traduzam para todo o povo”. A invenção da açorianidade incorpora-se também em um conjunto de regras de enunciação a que Albuquerque Junior (2007) chamou de *formação discursiva nacional-popular*.

Assim, a literatura de D’Eça insere-se na apresentação do popular da cultura litorânea catarinense e ao mesmo tempo no *dispositivo estadual da açorianidade*, mobilizando a maquinaria eugenista que marcou as políticas sobretudo do sul do Brasil. A narrativa de D’Eça cria um universo ficcional habitado por seres em imagem-clichê, que vivem em um ambiente romantizado e fadado a um determinismo que mantém a sua fala rude, a sua pobreza e a sua incapacidade em mudar a realidade.

A fala de Albuquerque Junior (2007) é contundente quando trata do passado orientando as experiências presentes e a importância da pesquisa para criar novos modos de abordar outro tempo. Diz o autor:

Enquanto os homens precisarem de uma narrativa do passado para orientar suas experiências presentes, continuaremos sendo necessários. Se a vida é amiga da arte, enquanto houver vida e quisermos vivê-la de forma cada vez melhor, precisaremos da arte, da arte de inventar novos mundos possíveis, inclusive da arte de inventar o passado (Albuquerque Junior, 2007, p. 65).

A resposta para a questão inicial deste texto parece-nos menos tensa: é possível afirmar que a açorianidade é uma invenção, em partes, dos discursos literários? Preferimos colocar a literatura em seu estado de arte e romper com o binômio da modernidade. A literatura aqui não está representando uma determinada realidade e sim fabricando outro significado.

A imagem se faz sem espelhos. Não há reflexo. O que acontece é uma realidade inventada por meio de dispositivos que estão ali no texto literário.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2009.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Ensaios de Teoria da História. Bauru: Edusc, 2007.

ARAÚJO, Hermetes Reis. Fronteiras internas: urbanização e saúde pública em Florianópolis nos anos 20. *In*: BRANCHER, Ana (org.). **História de Santa Catarina: estudos contemporâneos**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999. p. 102-113.

BARTHES, Roland *et al.* **Análise estrutural da narrativa**. Petrópolis: Vozes, 2011.

CALDEIRA, Almiro. **Rocamaranha**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1961.

CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**. São Paulo: Todavia, 2023.

D'EÇA, Othon. **Homens e algas**. 5. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

FLORES, Maria Bernadete Ramos. **Povoadores da fronteira: os casais açorianos rumo ao sul do Brasil**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2000.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

FREYRE, Gilberto. **Manifesto regionalista**. 6. ed. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1976.

FURTADO, Tamires Quesada. **Literatura, vida pública e modernidade: um estudo sobre Othon Lobo da Gama d'Eça (1892-1965)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2015.

JUNKES, Lauro. **A literatura de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. do Autor, 1992.

LACERDA, Eugênio Pascele. **O Atlântico Açoriano: uma antropologia dos contextos globais e locais da açorianidade**. 2003. 290 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

LEAL, João. **Cultura e identidade açoriana: o movimento açorianista em Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 2007.

MELO, Osvaldo Ferreira. **Introdução à História da Literatura Catarinense**. Porto Alegre: Editora Movimento, 1980.

SACHET, Celestino. **A literatura dos catarinenses: espaços e caminhos de uma identidade**. Palhoça: Editora da Unisul, 2011.

SERPA, Élio Cantalício. A identidade catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 14, n. 20, 1996.

SEVERINO, José Roberto. **Itajaí e a identidade açoriana: a maquiagem possível**. Itajaí: Editora Univali, 1999.